



**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2021  
(Da Sra. Flávia Moraes)

Requer a realização de Seminário desta Comissão para debater os impactos da Reforma Administrativa no serviço público.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, XIII, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Seminário para debater os impactos da Reforma Administrativa no serviço público.

Para tanto, gostaríamos de sugerir que a programação do Seminário cubra, no mínimo, os seguintes temas:

1. Avaliação do impacto das mudanças propostas na PEC 32/2020 sobre o serviço público brasileiro;
2. Reestruturação das carreiras.
3. Novas formas de ingresso no serviço público, riscos de favorecimento e nepotismo.
4. Remuneração e benefícios dos servidores públicos.
5. Extinção e transformação de órgãos públicos por decreto autônomo: Qual será o papel do Poder Legislativo no controle da estrutura da máquina administrativa?
6. Orçamentos paralelos ao Orçamento Geral da União: como fiscalizar o uso do dinheiro público?
7. O papel das empresas estatais e sociedades de economia mista na regulação dos mercados.
8. Novas regras para militares ocuparem cargos civis: o que muda com a PEC 32/2020?





Para debater os temas acima, sugerimos convidar representantes de órgãos de representação de setores do Serviço Público, listados abaixo, além de juristas e pesquisadores que abordem os temas acima elencados:

- 1) Sr. Kleber Cabral - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco);
- 2) Sr. Rudinei Marques – Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate);
- 3) Sr. Pedro Pontual – Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp);
- 4) Sr. Caio Mário Paes de Andrade – Secretário especial da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
- 5) Sr. José Celso Cardoso – Presidente da Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea) Sindical, e organizador do estudo da Reforma Administrativa do Governo Federal;
- 6) Sr. Márcio Gimene de Oliveira – Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor);
- 7) Sr. Bráulio Santiago Cerqueira – Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical);
- 8) Sra. Alketa Peci - Presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) para o triênio 2021-2023. Professora associada da EBAPE/FGV e Editora-Chefe da Revista de Administração Pública;
- 9) Sra. Cristina Kiomi Mori - Consultora em desenvolvimento organizacional e professora de Liderança e Desempenho no Programa Avançado de Gestão Pública do Instituto Insper.
- 10) Sra. Gabriela Spanghero Lotta - Professora e pesquisadora de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- 11) Sra. Maria da Graça Druck - Professora do Departamento de Sociologia na Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBA) e do CNPq.

Considerando a relevância, e abrangência e a profundidade desse necessário debate, pede-se que o Seminário seja realizado de forma a acomodar todos os temas e participantes um ou dois dias de duração, no formato online ou híbrido,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

visando a redução de riscos de exposição dos participantes e palestrantes à COVID-19.

Sala das Comissões, em 23 de March de 2021.

**FLÁVIA MORAIS**  
Deputada Federal – PDT/GO

Apresentação: 23/03/2021 13:45 - CTASP

REQ n.6/2021

Documento eletrônico assinado por Flávia Morais (PDT/GO), através do ponto SDR\_56422, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





## JUSTIFICATIVA

O presente requerimento solicita a realização de um Seminário para debater a proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo Poder Executivo, na forma da PEC 32/2020.

A Proposta de Emenda à Constituição n. 32/2020 (PEC 32/2020) propõe mudanças profundas no funcionamento do serviço público brasileiro, sob a égide de se fazer uma Reforma Administrativa, com o objetivo de tornar a máquina pública mais ágil e econômica.

É necessária a realização de amplo debate com a sociedade, em especial com especialistas em Administração Pública e entidades de classe, para se traçar uma avaliação fidedigna sobre os efeitos que a Reforma Administrativa possa produzir sobre o Serviço Público. A PEC n. 32/2020 propõe profundas mudanças nas carreiras de servidores e na divisão de poderes entre o Poder Executivo e Legislativo no tocante à extinção e transformação de órgãos públicos.

A extinção e transformação de órgãos públicos poderá ser feita, na forma da PEC 32/2020, por meio de decreto autônomo, sem se submeter a controle pelo Poder Legislativo. Cabe discutir se tal medida se trata de uma agilidade necessária à Administração, ao que se admite o risco de serem extintos órgãos públicos que desempenhem atividades relevantes para a população.

A PEC ainda autoriza a criação de orçamentos públicos paralelos ao Orçamento Geral da União. Cabe discutir como funcionará o controle de contas, realizado tanto pelo Poder Legislativo quanto por órgãos de controle, de maneira a garantir a correta aplicação do dinheiro do contribuinte.

Tendo em vista a variedade de temas abrangidos pela PEC 32/2020 e a pungente necessidade de discutir seus pontos com adequado grau de aprofundamento, REQUEIRO a realização de Seminário para debater este assunto no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, tendo em



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

vista a notória pertinência temática da Proposição Legislativa com os assuntos de competência desta Comissão.

Diante do exposto, rogo o apoio dos nobres pares para aprovar este requerimento.

Sala das Comissões, em 23 de March de 2021.

**FLÁVIA MORAIS**  
Deputada Federal – PDT/GO

Apresentação: 23/03/2021 13:45 - CTASP

REQ n.6/2021

Documento eletrônico assinado por Flávia Morais (PDT/GO), através do ponto SDR\_56422, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

